

Feminismos não combinam com políticas de ódio!

Maria Amélia de Almeida Teles

Como citar: TELES, Maria Amélia de Almeida. Feminismos não combinam com políticas de ódio!. *In:* TELES, Maria Amélia de Almeida; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Gênero, Cidadania e Educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p.11-18. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-59543656>. p11-18.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

FEMINISMOS NÃO COMBINAM COM POLÍTICAS DE ÓDIO!

Maria Amélia de Almeida Teles

Sigamos em luta até que todas sejamos livres!

(Marcha Mundial de Mulheres)

TEMPOS E TERRITÓRIOS FEMINISTAS

Os feminismos entraram no século XXI com vigor, trazendo seus protestos, com as novas tecnologias de comunicação, blogues, hashtags, tuiters e instagrans. Com mais ousadia e criatividade performática, os seus corpos, expressam suas rebeldias, escritas, tatuadas, grafitadas, palavras de ordem e manifestações poéticas. Revelam sua diversidade sexual, étnico-racial e territorial. Trazem a força da juventude, evocam suas ancestralidades e caminham pelas “quebradas” e espaços públicos, em geral.

Empoderaram-se do desejo de despatriarcalizar o estado, a sociedade, instituições e se organizam de diversas maneiras, ampliando as perspectivas traçadas interseccionalmente, no enfrentamento das contradições fundamentais: sexo/gênero, raça/etnia e classe social, como nos ensinou desde a década de 1970, a saudosa Heleieth Saffioti (1934-2010).

Crescem coletivos e coletivas feministas que mobilizam mulheres pretas, negras, indígenas, imigrantes, brancas e não brancas, lésbicas, trans. Todas elas antenadas nas bandeiras que defendem o direito ao corpo, à sexualidade, à autonomia, ao seu empoderamento, às suas identidades, aos direitos de liberdade de expressão, de decidir e de escolher, de ir e vir, de se organizar e terem cidadania plena. Saem em marcha porque são negras, não querem ter seus filhos mortos pela polícia, exigem o fim do racismo. Saem nas ruas em campanhas pela defesa da descriminalização e legalização do aborto. Fazem a caminhada de mulheres porque são lésbicas, são trans e pertencem ao segmento Lgbtqi+. Defendem a vida e denunciam o feminicídio, no qual se destaca o assassinato de mulheres negras. Denunciam o estupro, a cultura do estupro, os estupradores, os assediadores. Saem em passeatas, performáticas, pelo fim da violência contra as mulheres, seja doméstica, sexual, psicológica, social ou étnico-racial.

As mulheres querem ser livres, terem igualdade, justiça e dignidade. Sabem que devem enfrentar o patriarcado e o fazem com solidariedade e perseverança.

Ao se movimentarem os feminismos recuperam a auto-estima das mulheres, deliberam novas propostas, ampliam-se os horizontes.

No Brasil e, em várias partes do mundo, os feminismos conceberam políticas públicas avançadas e alcançaram uma relativa igualdade jurídica e cidadã, em diversos campos da vida cotidiana. Muitas mulheres tiveram suas vidas mudadas em decorrência das contribuições feministas. Romperam com barreiras históricas de silenciamento em relação à violência sexista e racista, e aos estupros, em muitos casos cometidos por homens conhecidos, parentes e mesmo aqueles com as quais têm ou tiveram relações íntimas de afeto. As mulheres passaram a frequentar os mais diversos espaços públicos, profissionais e recreativos. Criaram condições para ações internacionais

como “Ni una a menos”, “8M – a greve internacional de mulheres”, “Black Lives Matter”, entre outras manifestações.

DESIGUALDADES ENTRE AS MULHERES, RETROCESSOS E A PANDÊMIA

Ressalta-se que as mulheres não são iguais em suas condições de vida e trabalho devido às desigualdades sociais e étnico-raciais. Avançamos na compreensão de que não se trata da “mulher” mas sim de mulheres. Somos desiguais e manifestamo-nos de forma desigual. Há uma grande parte de mulheres que precisa com urgência da justiça social para sobreviver. Vivem em situação marginal e se encontram em situação de miserabilidade.

Aqui sempre procuro fazer um parêntese para explicar o que são desigualdades e o que são diferenças. As diferenças são de natureza biológica ou cultural e não significam a superioridade de algumas pessoas sobre outras; as desigualdades são fruto da arbitrariedade e das injustiças sociais, criando condições de inferioridade para alguns grupos e classes sociais. Assim sendo, devemos respeitar e proteger as diferenças, enquanto as desigualdades terão de ser enfrentadas e erradicadas.

Com as lutas feministas, as diferenças são reveladas criativamente, com a força histórica da resistência ao longo de milênios. Desmascaram, então, a postura patriarcal que ignora as identidades não binárias, o que aprofunda as desigualdades políticas e econômicas.

Paradoxalmente, as mulheres vêm sendo atacadas por decretos, portarias e decisões institucionais a partir dos governantes e de instituições públicas, que contribuem para distorções políticas das funções do estado democrático de direito, de suas instituições e pelo desmantelamento dos serviços e políticas públicas que poderiam atenuar os efeitos catastróficos da histórica discriminação e opressão causadas pelas desigualdades sociais. As violações de direitos humanos das mulheres têm sido frequentes.

A pandemia do covid-19 atinge o mundo. Não de forma igual. No Brasil, o vírus tem se alastrado com mais ênfase nas periferias, junto às populações negras e pobres. O Brasil ocupa o 2o. lugar mundial em óbitos.

E não ocupa o 1o. lugar devido à existência do SUS- Sistema Único de Saúde, uma conquista democrática sempre ameaçada mas que se mantém de pé graças à valentia de profissionais de saúde, pois é solapado todos os dias pelo governo.

A situação sanitária se agrava assim como se agrava a crise econômica com desemprego e conflitos institucionais criados pelo próprio governo. As medidas emergenciais são efetivadas de maneira lenta enquanto é veloz o crescimento dos problemas sociais. A população convive com desigualdades sociais estruturantes que se acirram cada vez mais. As condições sociais, econômicas e políticas, para a grande maioria, não favoreceram a efetivação do isolamento/distanciamento social, na proporção necessária para impedir a disseminação do vírus. As desigualdades étnicas, raciais e de gênero se aprofundam.

À população periférica tem sido oferecido o sistema de saúde precarizado, desfalcado de profissionais, sem equipamentos individuais de proteção, sem leitos e UTIs em condições de absorver a demanda. Na população negra periférica e demais segmentos oprimidos se encontram a maioria das vítimas. Mesmo precário, o Sistema Único de Saúde (SUS) salva vidas. Não podemos deixar que ele seja privatizado e muito menos erradicado.

As mulheres têm enfrentado dificuldades ainda maiores. Os cuidados, a higienização e demais tarefas domésticas são uma exigência frequente, diária, realizados quase que, exclusivamente, pelas mulheres. Estas demandas têm aumentado. Por isso são as mulheres que têm tido maior sobrecarga de trabalho e, ainda são alvo da violência doméstica, que tem crescido no período de isolamento social. Com este quadro da violência, aumentam os casos de feminicídio.

O espaço da casa, há muito denunciado por todas nós, como um local perigoso e violento para as mulheres, agrava-se. Com a crise sanitária e econômica, é na casa, que as mulheres têm realizado o trabalho remoto e tarefas domésticas de cuidado. Assim vivem por mais tempo com o agressor, em situações bem piores, o que aumenta os riscos.

O desemprego entre as mulheres cresceu de forma assustadora. Mulheres desempregadas são 39,4% a mais do que os homens. Especialistas falam que o desemprego feminino é o maior dos últimos 30 anos. Isto porque o setor de serviços sofreu retração durante a pandemia. Justamente este é o setor que absorve um maior número de mão de obra feminina. Acrescenta-se a essa situação o aumento dos alimentos, arroz, óleo e carne.

Não existem, no momento, políticas de emprego que considerem a situação das mulheres. As mulheres têm crianças que exigem atenção e cuidados. Na maioria das vezes, são as mulheres que se ocupam delas. São as principais cuidadoras das pessoas mais velhas e doentes. Isso representa responsabilidades e muito trabalho não remunerado. Tais condições precisam ser harmonizadas com o trabalho profissional remunerado, o que precisa de políticas públicas específicas.

Até o momento, não há nenhuma iniciativa concreta por parte do poder público federal para atender as necessidades apontadas aqui. Pelo contrário, há um desmonte contínuo de serviços, com desfalque de funcionárias/os, com fechamento parcial ou total de equipamentos.

Um exemplo disso é o caso da menina de 10 anos, estuprada diversas vezes por seu tio, desde os 6 anos de idade, que ficou grávida. A menina não queria ter a criança e, certamente, teria grave risco de vida no parto. Pelo Código Penal Brasileiro, a lei permite o aborto no caso de estupro e de risco da vida materna. No caso em pauta, o fato de se ter estuprado uma criança, é mais uma agravante que garante também, legalmente, o aborto. Portanto, o caso dessa criança é de aborto legal que já é garantido desde 1940.

Seu caso, no entanto, ganhou dimensões desproporcionais. Transformou-se num escândalo nacional. Por não ter sido, de imediato, respeitadas a lei e a dignidade da criança por parte do poder público.

A criança foi vítima de abusos sexuais por parte de um tio, de 33 anos, que a engravidou.

Segundo informações do jornal A Gazeta, do Espírito Santo, 9 de agosto de 2020, no atendimento, os profissionais da unidade notaram que a barriga da criança apresentava um volume e foi realizado exame que

resultou em testar positivo para a gravidez, e que ela já estava grávida há cerca de três meses.

O nome da criança, vítima, deveria ser mantido em sigilo, conforme o que determina o Estatuto da Criança e do(a) Adolescente. Mas vazaram a informação e seus dados foram publicados nas redes sociais.

Num caso como este, a criança só precisaria da autorização de sua responsável, a avó, para que o procedimento do aborto fosse realizado imediatamente sem nenhum alarde. Mas não foi isso que aconteceu. Ao contrário, armou-se um escândalo nacional. Uma intensa batalha judicial, médica e religiosa se fez em torno do caso, desrespeitando a dignidade e os direitos da menina.

Houve pressão de grupos externos, principalmente do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para fazer com que a avó não autorizasse o aborto na criança. O governo federal corroborou para impedir que se realizasse o direito ao aborto legal.

Houve necessidade de se recorrer à Justiça capixaba para que um direito, líquido e certo, fosse reconhecido. Autorizado o procedimento, aliás não havia nenhuma necessidade legal de provocar a justiça, a criança foi levada ao Hospital Hucam (Hospital Universitário Cassiano Antonio Moraes), localizado em Vitória. Foi constatado mais uma vez a gravidez. O hospital negou a realizar o aborto legal e a criança teve de viajar para Pernambuco, onde foi finalmente atendida no hospital de referência em saúde da mulher: Centro Integrado de Saúde Amauri de Medeiros (Cisam).

Do lado de fora do hospital, um grupo de fanáticos religiosos entre outros, gritavam: “assassino” para pressionar o médico a não realizar o aborto legal.

Feministas fizeram uma corrente para garantir a entrada no hospital dos profissionais de saúde e preservar a dignidade da criança.

É importante saber que o Brasil registra 6 abortos, por dia, em meninas estupradas de 10 a 14 anos. A cada hora, há registro de 4 meninas de 10 a 13 anos estupradas, no Brasil.

Por volta de 26 mil meninas de 10 a 14 anos, tornam-se mães, anualmente. Há algo errado: crianças e meninas precisam brincar, estudar, realizar esportes e ter atividades de lazer. As meninas não devem exercer a maternidade. Não estão amadurecidas para a escolha nem para as consequências físicas, psicológicas, sociais e econômicas. A maternidade é uma responsabilidade grande e deve ser uma escolha para mulheres adultas.

OS FEMINISMOS NÃO COMBINAM COM POLÍTICAS DE ÓDIO

A política do ódio cria inimigos de forma arbitrária e sem razão de ser. Dessa forma, as feministas passaram a ser alvo da política de ódio, com falácias e atos administrativos que obstaculizam a aplicação de políticas públicas já consolidadas na defesa dos direitos das mulheres. As políticas misóginas estão sendo disseminadas e os movimentos feministas precisam estar em alerta, sem se intimidar. Direito é conquista histórica e não pode ser desmantelado por governos irresponsáveis.

Os feminismos no Brasil têm desafios grandes a enfrentar nesse clima de pandemônio. Têm que se movimentar em solidariedade às demais mulheres, às populações negras, periféricas, indígenas, Lgbtqi+, do campo e das cidades. Há muito que se fazer. Os feminismos não podem perder o bom humor, a rebeldia e, principalmente, a capacidade de se indignar diante dos absurdos impostos cotidianamente por ideias, atitudes e ações estapafúrdias que aprofundam as opressões e explorações.

O acúmulo de experiências, ao longo de quase meio século de feminismos públicos e ininterruptos, reafirma-se, dia a dia, nos corpos e mentes das mulheres. A autonomia conquistada traz a marca da resistência, resiliência e da superação. A invasão aos territórios e aos corpos das mulheres não será silenciada, não será permitida, não será autorizada. “Este corpo nos pertence” é o brado de gerações e gerações. O protagonismo das mulheres jovens, negras, indígenas é a marca das ações feministas realizadas nas primeiras décadas do século XXI. Será o polo de sustentação num tempo de obscurantismo e negacionismo. Os feminismos representam democracia, justiça, liberdade e igualdade de direitos, condições e oportunidades.

Os feminismos não combinam com políticas de ódio mas sim com políticas democráticas, justas e igualitárias.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BUARQUE DE HOLLANDA, H. *Explosão feminista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLLNIT, R. *A mãe de todas perguntas: reflexões sobre os novos feminismos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.